APROVAÇÃO 08/06/2021 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA INSTRUMENTOS DE GESTÃO - CTIG DO COMITÊ DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUA – CBH - BG. GRAVAÇÃO DISPONÍVEL – No dia 27 de outubro de 2020, às 9h, deu-se a reunião extraordinária da CTIG do CBH-BG por videoconferência com a seguinte pauta: **1. Apresentação do MP em mapas pelo GAEMA (a confirmar); 2. Discussão Resolução IDEBG.** A reunião teve início às 10h30. **1. Apresentação do MP em mapas pelo GAEMA**: Dayse Gois iniciou a reunião informando que o Dr. Sergio solicitou que fosse feita uma apresentação reunindo algumas informações sobre o MP em mapas e a ferramenta Gestão de Território, que foi desenvolvida dentro do GAEMA, que será lançada até o final do ano. Dayse esclareceu que O 'MP em Mapas' é um conjunto de ferramentas e plataformas de análise, diagnóstico e georreferenciamento focadas na construção e visualização de conhecimento instrumental para a atividade-fim do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, reunindo em sua equipe estatísticos, geógrafos, desenvolvedores de software e de inteligência artificial, designers e analistas de Business Inteligence, todos trabalhando na criação de conhecimentos a partir do cruzamento de informações, gestão e diagnóstico de órgãos de execução, cruzamento de dados georreferenciados e predição de eventos. Dayse Gois colocou que o MP em Mapas permite a interlocução de informações e produção de insigths relevantes, sendo capaz de potencializar a resolutividade do parquet com uma abordagem jurimétrica, havendo também apoio técnico especializado em geoprocessamento, cartografia digital e sensoriamento remoto em distintas áreas de atuação do MPRJ, trabalhando tanto com bases de dados já existentes como com extração, tratamento e georreferenciamento de novas fontes de informações, para melhor compreensão de fenômenos sociais. Dayse Gois completou que o MP em mapas é um repositório de base e informações, ele captura essas bases nos órgãos e produzem informações sobre os órgãos federais, órgãos ambientais, censo, IBGE e INEA; trazendo as bases para a nuvem e fazendo como se fosse um espelho da base e organizando o menu por tema. Na gestão de território foi produzida uma base de dados, a ferramenta surgiu de um estudo de caso, Cal e meio ambiente, que foi apresentado para o conselho superior na época que estava sendo feito o conselho estratégico. O desafio das metas estratégicas de 2017 a 2019 era trazer o promotor para o mundo da informação e auxiliar na diminuição do tempo na captura de informações via ofício. Foi feito um estudo em cima de 150 casos, que tratavam sobre processos de investigação de ocupações irregulares e o tempo dos mesmos variavam de 4 a 18 anos, enquanto o tempo para chegar o diagnóstico levava aproximadamente 6 anos, sendo esclarecido

por Dayse Gois que estas questões levaram impulsionaram o desenvolvimento do aplicativo. Dayse Gois mostrou como é o passo a passo para manusear o MP em mapas e fala sobre o InLoco que é uma plataforma de mapas interativos criada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, permitindo ao usuário visualizar e sobrepor dados geográficos de diversos assuntos, realizar buscas e dispor de diversas informações. Foram organizadas informações da área ambiental, assistência social, informações sobre os bairros do Rio de Janeiro e de outros municípios, e Censo 2010; também foi exibido e explicado sobre as camadas e sua simplificação nos trâmites que antes levariam anos, e hoje se consegue em apenas alguns cliques, sendo possível ter agilidade em obter dados da população, área total, favelas e seu processo de urbanização, e loteamentos irregulares. A ferramenta Gestão de território foi concebida para gerar relatórios sumários para caracterização dos condicionantes ambientais e urbanísticos de áreas em que há ocorrências de "ocupação irregular do solo", que incluem loteamento clandestino ou irregular, parcelamento ou desmembramento ilegal ou irregular do solo urbano, ocupações desordenadas e construções irregulares, situações que, a maioria das vezes, são precedidas de crimes ambientais, tais como: desflorestamentos, aterros de manguezais, ocupação da margem dos rios, dentre outras irregularidades verificadas nestes processos, gerando riscos e vulnerabilidades à ocupação e perdas irreparáveis ao meio ambiente. Dayse Gois colocou que seu público alvo nesta 1ª versão foram promotores de justiças e assessores jurídicos. Marcos Lacerda sugeriu a construção de um plano simples e objetivo, a fim de colocar um cronograma e verificar se conseguem realizar algumas fases ainda este ano, dando início a parceria com MP em mapas. **2. Discussão Resolução IDEBG:** Flávio Lyra apresentou seu aplicativo desenvolvido, que possibiliza através de base de dados, saber quais características têm na bacia, além de outras ferramentas. Marcos Lacerda faou sobre conseguir trabalhar as adequações necessárias junto à resolução do CBH-BG nº67, para que seja adequada ao cenário atual. Christianne Bernardo sugeriu marcar reuniões extraordinárias e elaborar junto à CTIG para finalizar com aprovação da planilha, a fim de dar reforço a esse plano e levar conhecimento a todos do Comitê. José Paulo Azevedo informou que é necessária uma capacitação e revisão a resolução 67 para que seja possibilitada a interação com o MP. Marcos Lacerda sugeriu reuniões extraordinárias, onde pudesse ser realizada a construção de fases trabalho em cronograma, uma vez que a resolução fala de fases, e acredita que isto deveria ser incluso. No plano de trabalho poderia ser citado quando o MP pode realizar e quais os tipos de capacitações, avaliando quais técnicos podem colaborar. Além disso, Marcos Lacerda considerou que deveriam ser elencadas quais as

instituições geradoras de dados para que o MP pudesse checar se há parceria com essas entidades. Foi agendada uma reunião extraordinária para o dia 09/11, segunda-feira, às 9h, que terá como pauta Adequação Resolução 67, Inicio das Bases do Plano de Trabalho e Apresentação do Flávio Lyra. A reunião teve fim às 11h45.

José Paulo Azevedo
Coordenador da Câmara Técnica Instrumentos de Gestão

ENCAMINHAMENTOS:

1- Elaboração de um Plano de Trabalho Integrado MP e CBH-BG, com construção de fases de trabalho e cronograma.
2- Capacitação com técnicos convidados da CTIG para identificação de dados de interesse do CBH-BG e fontes.
3- Fortalecimento da Base de Dados do MP em mapas como locus de hospedagem de dados do CBH-BG.
4- Avaliação interna junto as suas de instituições para aderirem ao Termo de Cooperação com o MP.
5- A partir do Termo de Cooperação assinado entre o CBH-BG e o MP identificar investimentos necessários para as adequações que forem necessárias para Gestão Hídrica.
6- Realizar reunião dia 09/11 às 9h com a pauta definida.

Participantes:

Prefeitura Municipal de Belford Roxo - Yoshiharu Saito; Secretaria Estadua de Ambiente e Sustentabilidade - Tamara Grisolia; Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE - Mayná Coutinho; Associação Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Mobilidade e Ambiental Brasil – OMA – Brasil - José Paulo Azevedo; Viva Cosme Velho - Maria Lobo; Associação de Moradores do Alto Gávea – AMALGA-RJ - Adriana Bocaiuva; Instituto de Estudos em Direitos Humanos e Meio Ambiente - Silvana di Iulio; Instituto Terrazul - Marcos Sant'Anna Lacerda; Associação de Criadores Abelhas Nativas e Exoticas do Médio Paraíba, Sul, Centro Sul e Baixada Fluminense – ACAMPAR/RJ - Adilson Gonçalves; INEA – Luiz Constantino; 57ª Ordem dos Advogados do Brasil – Christianne Bernardo da Silva; ALAPI – Paulo Cardoso; Prefeitura Municipal de Magé – Maria Aparecida Resende; APEDEMA-RJ – Markus Budzynkz; Dayse Gois – Ministério Público; José Alexandre Maximino – Ministério Público; Matheus Alencar – Ministério Público; Eloísa Torres – IBG.